PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL.

Despacho conjunto n.º 805/2005. — Considerando que, de acordo com o estabelecido no artigo 26.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, diploma que aprovou o enquadramento legal da estrutura orgânica do III Quadro Comunitário de Apoio, a coordenação das intervenções regionalmente desconcentradas que integram as intervenções operacionais regionais do continente incumbem a um coordenador;

Tendo em atenção que, no âmbito do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, optou-se por autonomizar a coordenação das medidas sectoriais regionalmente desconcentradas, cometendo-as a encarregados de missão, nos termos do n.º 10 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, dos serviços regionais sectoriais potencialmente competentes para o efeito;

Que tal solução decorre do facto de os serviços regionais sectoriais, em princípio habilitados para assumirem tarefas de coordenação das medidas anteriormente referidas, serem, em simultâneo, beneficiários directos dos financiamentos a conceder no contexto das mesmas;

Que assim sucede, com efeito, com os serviços do Instituto do Emprego e Formação Profissional, daí decorrendo a necessidade de se proceder à nomeação de coordenadores para a gestão das medidas sectoriais regionalmente desconcentradas dotados de autonomia orgânico-funcional por relação aos serviços daquele Instituto, por forma a guardar a observância aos princípios da transparência na gestão e da imparcialidade da decisão;

Considerando que, ao abrigo do n.º 10 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, foi nomeado, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2000, de 16 de Maio, coordenador da Intervenção Sectorial Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, incluída na Intervenção Operacional Regional do Centro, o licenciado Armando Manuel Nunes da Silva;

Considerando que o mesmo solicitou que fosse dado por findo o exercício das suas funções de coordenação da Intervenção Sectorial Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, incluída na Intervenção Operacional Regional do Centro;

Considerando que importa prosseguir os objectivos consagrados na legislação referida, urge proceder à nomeação de um novo coordenador da Intervenção Sectorial Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, integrada na Intervenção Operacional Regional do Centro;

Assim, sob proposta do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social e conforme o disposto no n.º 4 do artigo 26.º e no n.º 10 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, alterado pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determina-se o seguinte:

1 — Exonerar, a seu pedido, o licenciado Armando Manuel Nunes da Silva de coordenador da Intervenção Sectorial Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, incluída na Intervenção Operacional Regional do Centro.

2 — Nomear coordenadora da Intervenção Sectorial Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, incluída na Intervenção Operacional Regional do Centro, a licenciada Maria do Céu Domingues Lopes, cujo currículo se publica em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante, sendo a respectiva remuneração, incluindo o abono de despesas de representação — a suportar pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional —, equiparada à de director-geral.

3 — O prazo para a execução da missão corresponde ao período de vigência da Intervenção Sectorial Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, incluída na Intervenção Operacional Regional do Centro, nos termos previstos no n.º 14 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2000, de 16 de Maio.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 19 de Julho de 2005.

28 de Setembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Curriculum vitae

(síntese de nota biográfica)

Maria do Céu Domingues Lopes, nascida em 8 de Setembro de 1959, em Reguengos de Monsaraz, licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Évora.

Actividades exercidas/experiência profissional:

- a) De Março de 1989 a Março de 1990 — estágio, na área administrativa, em empresa do sector têxtil;

- b) De Junho a Dezembro de 1990 — formadora do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), na área da gestão;
- c) De Janeiro de 1991 a Junho de 1996 — ingresso na então Direcção de Serviços de Análise e Acompanhamento de Projectos, da Delegação Regional do Centro do IEFP, como técnica superior;
- d) De Julho de 1996 a Maio de 1997 — transita para a Direcção de Serviços de Emprego e Formação do IEFP, onde coordena diversos programas da área do emprego;
- e) De Maio de 1997 a Agosto de 2000 — nomeada chefe da Divisão de Emprego da Direcção de Serviços de Emprego e Formação, em comissão de serviço de três anos;
- f) De Setembro de 2000 até à actualidade — por ter sido requisitada para desempenhar funções como chefe de projecto da Intervenção Regionalmente Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, no início do QCA III, interrompe a segunda comissão de serviço como chefe da Divisão de Emprego.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 21 861/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de Viação de 30 de Agosto de 2005:

Helena Margarida Marques da Cruz Sales — reclassificada como assistente administrativa de nomeação definitiva e simultaneamente transferida para o quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 6.º e no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Setembro de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 9061/2005 (2.ª série). — O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras pretende recrutar, em regime de requisição, assistentes administrativos/técnicos profissionais com vínculo à administração pública central para a localidade de Viseu.

Os interessados deverão formalizar as suas candidaturas no prazo de 10 dias a contar da publicação do presente aviso, mediante requerimento dirigido ao director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, podendo entregar pessoalmente ou enviar pelo correio, com aviso de recepção, para a Rua do Conselheiro José Silvestre Ribeiro, 4, 1649-007 Lisboa, juntando *curriculum vitae* detalhado, serviço e organismo a que se encontra vinculado e respectiva categoria.

4 de Outubro de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 21 862/2005 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Setembro de 2005 do inspector-geral do Trabalho:

Lília Maria Correia Alexandre Andrez, assistente administrativa do quadro de pessoal da Inspecção-Geral do Trabalho — autorizada a prorrogação da requisição neste serviço por mais um ano, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Outubro de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

Despacho n.º 21 863/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto nos artigos 3.º e 9.º da Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril,